

IMIGRAÇÃO COM DIREITOS

Nos últimos dois anos triplicaram os pedidos de ajuda de imigrantes que querem regressar ao seu país de origem. A maioria são brasileiros desempregados em Portugal. A crise afecta todos, portugueses ou imigrantes. Em vez de fomentar a imigração clandestina, como as leis do CDS e do PS, devemos respeitar os direitos humanos e legalizar os imigrantes. Quem quer trabalhar aqui, deve ter os seus direitos laborais reconhecidos.

BLOCO



DEZEMBRO 2009 :: DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

www.esquerda.net

PRIORIDADE A QUEM MAIS PRECISA

O governo tem que assumir uma política económica que crie emprego e uma política social que apoie quem ficou sem trabalho. Existem recursos. Quem mais tem - as grandes fortunas do país e os que acumularam privilégios ao longo das últimas décadas - devem agora devolver. Em vez disso, o governo quer a política do défice: com cortes salariais e nos serviços públicos, serão os mais pobres a pagar a generosidade do governo com os mais poderosos, bancos e grandes empresas. PAG. 2

OS REIS DA SUCATA



CORRUPÇÃO. Muitos gestores públicos, banqueiros e governantes vêm tratando o país como a sua sucata privada. BPN, BCP, submarinos de Paulo Portas, Face Oculta. Está à vista de todos o descrédito da elite dirigente deste país. Não há combate à corrupção sem ruptura com os grandes interesses. Esse é o combate do Bloco de Esquerda. PAG. 3

**Não haverá
taxas
multibanco!**

Há muito que o sector bancário tenta introduzir uma taxa pelo uso do multibanco. Respondendo ao Bloco, o Ministro das Finanças começou por garantir no parlamento que iria "usar a faculdade que a lei dá para que se torne bem claro que não serão cobradas taxas pelo uso do Multibanco".

Porém, poucos dias depois, Teixeira dos Santos deu o dito por não dito e assegurou que as garantias do governo se resumiriam

**O governo mudou de posição
duas vezes em poucos dias.
A intervenção do Bloco
resultou.**

à Caixa Geral de Depósitos, o banco público. Para clarificar a situação, o Bloco anunciou então que apresentaria projectos-lei para alterar o regime jurídico dos bancos, de forma a impedir que o vazio legal fosse aproveitado no futuro para cobrar novas taxas aos consumidores, nas caixas multibanco ou nas transacções no comércio. Finalmente, o ministro das Finanças anunciou uma última reviravolta, mostrando que a força do Bloco deu frutos: o governo recuou e anunciou nova legislação para proibir formalmente as taxas multibanco.

O BLOCO INSISTE



O Bloco voltou a apresentar no parlamento a proposta de reforma completa aos 40 anos de descontos, independentemente da idade. Na legislatura anterior, o PS chumbou todas as propostas nesse sentido, com a abstenção do PSD.

Para o Bloco, existe uma situação de injustiça para quem mais trabalhou, em particular contra os que começaram a trabalhar mais cedo. A sociedade deve proporcionar uma melhor qualidade de vida, através da atribuição da pensão completa a quem dedicou uma vida inteira ao trabalho, fez os seus descontos e possui uma carreira contributiva com 40 anos de descontos.

Essa proposta regressa ao parlamento. Por muito que isso incomode o Partido Socialista. PAG. 4

PORTUGAL FORA DO AFGANISTÃO

A situação no Afeganistão não pára de se agravar: repressão legal contra as mulheres, fraude eleitoral pelo presidente americano Karzai, produção de 90% da heroína mundial. Em vez de aumentar as suas forças, a ocupação da NATO deve terminar: ela é mais um problema, que agrava todos os outros. Portugal deve dar o exemplo. Sair do Afeganistão deve ser o primeiro passo no afastamento das políticas de guerra. Até à saída de Portugal da NATO, um bloco militar sem sentido.



> **TRABALHO** POR QUEM SÓ TEM DESEMPREGO, PAGUE QUEM TEM FORTUNAS

O desemprego em Portugal atinge níveis dramáticos: mais de 600 mil pessoas, uma taxa de 11,2%. Mas metade dos desempregados não recebe subsídio.



Fila de pessoas à porta do Centro de Emprego de Sintra.

JOSÉ SENA GOULÃO/LUSA

METADE DOS DESEMPREGADOS SEM ACESSO A SUBSÍDIO

Tudo piorou com a opção do anterior governo Sócrates, que cortou no apoio aos desempregados. As novas regras penalizaram em especial os jovens, mais atingidos pelo trabalho precário de curta duração.

300 mil pessoas sem subsídio

QUEM FICOU SEM EMPREGO NÃO PODE FICAR SEM APOIO



GOVERNO LANÇA MIGALHAS AOS DESEMPREGADOS

Com cerca de 300 mil desempregados sem subsídio, o governo anunciou o alargamento do acesso ao subsídio a dez mil pessoas. Uma mini-excepção à lei para 2010. Actualmente, para ter direito ao subsídio, são necessários 15 meses de descontos efectuados nos dois anos anteriores à data do desempre-

go. O valor será 65% do salário. Com a mudança anunciada para 2010, o período mínimo de descontos diminui três meses (para 12). Será necessário um ano de descontos nos últimos dois para usufruir do subsídio. Mas a propaganda do governo fez mal as contas. Segundo o *Diário Económico* a dotação prevista por Sócrates só pagaria seis meses de subsídio a 10 mil desempregados.

PARA RESPONDER AO DESEMPREGO E À FALTA DE PROTECÇÃO DOS DESEMPREGADOS

O BLOCO PROPÕE

ALARGAMENTO DO SUBSÍDIO DE DESEMPREGO

- aumento do subsídio de desemprego para 70% do salário, mais 5% do que a lei actual.
- redução do prazo de garantia para 6 meses de descontos ao longo do último ano antes do desemprego, em vez de quinze meses de trabalho em dois anos (previstas na lei) ou um ano em dois (como será em 2010). Esta proposta do Bloco foi chumbada pelo PS no ano passado. Para Sócrates, "não fazia sentido" avançar com "medidas extemporâneas" sobre "cenários" de aumento do desemprego. Ora, o desemprego aumentou como nunca e, segundo as previsões, continuará a aumentar em 2010. É agora uma urgência social alterar – a sério – as regras do subsídio de desemprego.



>NEGÓCIOS

ENQUANTO SE SUCEDEM OS CASOS, O GOVERNO SÓCRATES, AJUDADO PELO CDS, OPÕE-SE A UM COMBATE SÉRIO CONTRA A CORRUPÇÃO.

CORRUPTOS À SOLTA



Freeport, submarinos/financiamento do CDS, fraudes bancárias (BCP, BPN, BPP). Estão pendentes nos tribunais mais de 700 casos de corrupção, mas nos últimos anos só houve um condenado. O empresário Domingos Névoa, da Bragaparkes, saiu do tribunal pagando uma multa-gorjeta de 5000 euros.

Estamos sempre a ver o mesmo filme. Mais alguns anos de julgamentos sempre adiados, mais impunidade, nenhum processo chega a conclusão: o BPN do PSD, os submarinos do CDS, as sucatas do PS... quase que se adivinha que dentro de anos se manterá a impunidade. Quando há julgamento, é uma farsa: o empresário que queria

comprar a Câmara de Lisboa teve uma condenação de 5 mil euros - e ainda há quem não queira mudar a lei.

O PS é um obstáculo ao combate à corrupção: recusa criminalizar o enriquecimento ilícito e até facilita fiscalmente o enriquecimento injustificado - quem não justificar um rendimento

elevado ou apresentar uma justificação falsa, fica com 40% desse rendimento e não se fala mais nisso...

A velha máxima dos "telhados de vidro" orienta o PS. Mas também o CDS: sabe-se agora que o dono das sucatas, Manuel Godinho, financiou generosamente o partido de Paulo Portas.

O BLOCO PROPÕE

NÃO DAR TRÉGUAS À CORRUPÇÃO

- **Fim do benefício fiscal à corrupção!** Tributação dos rendimentos injustificados acima de 25 mil euros. Mesmo sem justificação o PS quer deixar 40% do dinheiro com quem não o quer explicar. Assim, a corrupção compensa.
- **Investigação pelo Ministério Público** em caso de enriquecimento significativo nos cinco anos posteriores ao desempenho de cargo público.
- **Fim do segredo bancário** para detectar automaticamente diferenças superiores a 20% entre declarações de IRS e entradas em conta bancária.
- **Fim da distinção entre corrupção para acto lícito e ilícito.** Esta diferença beneficiou corruptos condenados como Domingos Névoa. A pena deve ser a mesma.
- **Introdução na lei do crime de enriquecimento ilícito.**

O GOVERNO PROTEGE OS BANQUEIROS. E QUEM PROTEGE AS PESSOAS?

CRISE NÃO AFECTA LUCROS DA BANCA.

Nos primeiros 9 meses de 2009, os cinco maiores bancos que operam em Portugal tiveram 1400 milhões de euros de lucros, cerca de 5,1 milhões de euros por dia, mais 4% do que em 2008. Estes lucros repartem-se entre a CGD, BCP, BES, BPI e Santander-Totta.



AGRAVA-SE A CRISE

Na Qimonda, na Delphi e noutras empresas, os grandes despedimentos colectivos estavam à espera do fim das eleições. Noutros sectores, como no automóvel ou no vidro, teme-se mais despedimentos colectivos,

facilitados pela generalização do lay-off. Aumenta fuga ao fisco: todos os meses, mil milhões de euros são transferidos para off-shores.

AMORIM DESPEDE E AUMENTA LUCROS

Para os despedidos, a crise nunca foi uma "ameaça": foi sempre uma realidade, muito piorada depois de ficarem sem trabalho.

A Corticeira Amorim, empresa do homem mais rico de Portugal, registou lucros acima de 5 milhões de euros - só no terceiro trimestre de 2009 - mais 60% do que no ano anterior. Recorde-se que 195 trabalhadores foram despedidos em Fevereiro, de

forma "preventiva", por causa da ameaça da crise económica.

O deputado do Bloco de Esquerda Pedro Filipe Soares questionou o governo sobre aquele despedimento, cuja justificação é incompatível com os lucros apresentados.

QUEM TEM LUCROS NÃO PODE DESPEDIR



>SEGURANÇA SOCIAL

SOLIDARIEDADE ENTRE GERAÇÕES

Sócrates introduziu o “factor de sustentabilidade” para reduzir as pensões futuras. O Bloco de Esquerda rejeita a quebra de solidariedade das actuais políticas do PS e o castigo aos jovens trabalhadores.

Os trabalhadores com 65 anos que se quiserem reformar este ano já perdem 1,3% da sua pensão e vão ter que trabalhar mais dois a quatro meses, dependendo do período contributivo. Mas os mais jovens serão os principais penalizados pela introdução do “factor de sustentabilidade” no cálculo das pensões. As pensões de quem agora começa a trabalhar perderão quase um quarto

do seu valor actual. É à custa dos pensionistas, que já têm pensões baixas, que o governo finge garantir a sustentabilidade do sistema. Taremos que trabalhar mais tempo para receber pensões mais pobres. O “factor de sustentabilidade” é calculado através da relação entre a esperança de vida no ano anterior à idade da reforma e a registada em 2006.

O BLOCO DEFENDE

SEGURANÇA SOCIAL PÚBLICA

- Revogação desta lei e o novo cálculo das pensões submetidas ao factor de sustentabilidade, com retro-activos.
- Reforma sem penalização para a geração sacrificada pelo início precoce do trabalho e já com 40 anos de descontos.
- Alteração do modelo de financiamento, com revogação do “factor de sustentabilidade” que reduz as pensões futuras.

>ENSINO



ANA CANDEIAS

ESTUDANTES DO SUPERIOR MOBILIZAM-SE

Foi a primeira mobilização pelos serviços públicos desde que entrou em funções o novo governo Sócrates. Cerca de quatro mil estudantes do Ensino Superior manifestaram-se em Lisboa, vindos de todo o país. O protesto virou-se contra o desinvestimento que conduz à degradação das universidades. Os manifestantes apontaram ainda o abandono dos estudos por muitos jovens, sem suficiente apoio social e punidos com propinas cada vez mais altas.

>NOVAS AUTO-ESTRADAS

CAPITALISMO SEM RISCOS

O Estado assegura os riscos e distribui os lucros a um sector empresarial que vive destas generosas rendas. No caso das Estradas de Portugal, o Estado já perdeu muitas dezenas de milhões de euros. Governantes e gestores públicos prejudicam o interesse geral.

A empresa pública Estradas de Portugal, contrariando todas as regras da boa gestão, abdicou do pagamento à cabeça de 200 milhões de euros dos concorrentes às concessões das auto-estradas Transmontana e do Douro Interior.

De acordo com o Tribunal de Contas, entre a proposta inicial e a negociação final, a Estradas de Portugal deitou fora 140 milhões de euros dos contribuintes.

A Estradas de Portugal tem alegado que estas “alterações” se justificariam pela crise financeira internacional. Ora, perante a crise, deve o Estado gastar à balda e deixar-se prejudicar?

Toda a dúvida sobre a transparência do processo é legítima.

“Parcerias público-privadas” ficam em causa.

Em todas as “parcerias público-privado”, da Lusoponte ao Hospital de Cascais, das auto-estradas à gestão do Amadora-Sintra, o Tribunal de Con-

tas tem assinalado que o Estado assume os prejuízos e entrega a rentabilidade aos concorrentes privados. No caso das SCUTs, o custo global para o país desde 1997 é superior a 20 mil milhões de euros, a pagar ao longo de 20 a 30 anos. Esse valor é quinze vezes a modernização do parque escolar, sessenta vezes o mais moderno hospital, seis vezes o custo do aeroporto de Lisboa.

Com semelhante esforço, quantas escolas reabilitadas, quantos centros urbanos requalificados, quantos hospitais ou centros de saúde construídos, quantos quilómetros de estradas nacionais, regionais e municipais recuperados, quantas empresas de transportes públicos apoiadas, quantos empregos directos e indirectos garantidos?

MAU NEGÓCIO TAMBÉM NAS SCUTS

Na adjudicação das seis novas concessões SCUT verificou-se um desvio de mais de 40% face à proposta inicial.

